

VIII ENCIÊNCIAS 2024

Área do trabalho

DIGNIDADE MENSTRUAL PARA TOD@S: DESAFIOS À EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Cristianni Antunes Leal^{1*}, Maria Juliane de Figueiredo Mesquita², Mariana Lima Vilela³

¹Docente na SEEDUC-RJ - caleal1@gmail.com, ²Licencianda em Ciências Biológicas na UFF, ³Docente na Faculdade de Educação - Laboratório de Ensino de Ciências na Universidade Federal Fluminense.

Palavras-Chave: *corpos trans, educação básica, educação menstrual.*

Introdução

Corpos femininos e homens trans – sem intervenções medicamentosas, ou outras, menstruam, mas a temática ainda é estigmatizada por conta de comportamentos e falas inoportunas – da escola e de estudantes, e, até mesmo de docentes – e passa a ser considerado um „tema sensível” no âmbito escolar e na abordagem curricular, sendo abordado mais comumente nas aulas de Ciências e de Biologia. Há intervenções (atuais) para mudar tais estigmas, como a lei nº 14.214, que garante distribuição gratuita de absorventes para estudantes de baixa renda matriculadas em escolas da rede pública (BRASIL, 2021).

Educandas deixam de frequentar o ambiente escolar, quando comparados com os meninos - por estarem menstruadas e não terem acessibilidade aos absorventes (DELBONI, 2020), nomeando o fenômeno de “pobreza menstrual”. Em 2023 o Governo Federal criou um aplicativo no CadÚnico nomeado de “dignidade menstrual”. Em 2024, o governo ampliou¹; e desta forma, o assunto tem ganhado espaço, mas ainda é estigmatizado. Este resumo apresenta questionamentos iniciais de uma pesquisa que visa problematizar a atual situação para pessoas obterem o item de higiene pessoal em relação à legislação (BRASIL, 2021; 2024) e, a longo prazo, busca investigar as modificações que esta política de saúde pública vem sofrendo até sua implementação em espaços educacionais.

Resultados e Discussão

A análise inicial, baseada em observação participante (SOUZA MINAYO, 2018) em uma escola da rede estadual do RJ, e pela leitura flutuante das leis (GIL, 2021), evidenciou que a distribuição de absorventes é recorrentemente suspensa, trazendo grande constrangimento aos estudantes. Em 2023

ocorreram mudanças nas distribuições e em 2024 ocorreu o lançamento do aplicativo “Meu SUS digital”, com informações importantes. No aplicativo destaca-se o item: “dignidade menstrual”.

A plataforma visa facilitar o acesso da população aos serviços do Sistema Único de Saúde (SUS) permitindo que o usuário receba o item. Assim, coopera para a educação menstrual, e não limita o assunto à escola.

Considerações Finais

Avança-se pelo Brasil a garantia da Lei de 2024, enquanto que em outros locais, a promoção da própria lei que não é do conhecimento.

Por meio de debates de coletivos, novas pessoas vão tomando ciência de seus direitos, reivindicando um SUS – sem transfobia ou outra forma de violência e pessoas mais bem informadas e formadas para o atendimento nas farmácias. Há ainda espaços para serem preenchidos em prol da dignidade menstrual para tod@as, mas necessário estar atentos para não perder espaços e direitos já conquistados. Perpassa pela escola/colégio a divulgação de tais leis e por debates profícuos para a manutenção e permanência de políticas públicas para mulheres e homens trans. Os dados aqui apresentados são referentes a uma pesquisa em fase inicial que envolve várias temáticas sobre Educação em Saúde Reprodutiva. A pesquisa seguirá produzindo mais material empírico que permitirão aprofundar essas conclusões iniciais.

BRASIL. Lei 14.214, de 6 de outubro de 2021. **Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.214-de-6-de-outubro-de-2021-386717587>. Acesso em: 09 de jun. de 2024.

BRASIL. **Meu SUS Digital - 2024**. Disponível em: <https://meusudigital.saude.gov.br/login>. Acesso em: 10 de jun. de 2024

DELBONI, Carolina. 26% de meninas brasileiras não têm dinheiro para comprar absorvente. **Estadão**, 2020. Disponível em: <https://emails.estadao.com.br/blogs/kids/26-de-menas-brasileiras-nao-tem-dinheiro-para-comprar-absorvente/>. Acesso em 09 jun 2024.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, São Paulo: Atlas, 2021, 173p.

¹ Disponível em:

<https://www.gov.br/mds/ptbr/search?SearchableText=absorvente>.

Acesso em: 10 de jun. de 2024.



Área do trabalho

SOUZA MINAYO, Maria Cecília de; COSTA, António Pedro. Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. Revista Lusófona de Educação, Portugal, n. 40, p. 11 - 20, abril-junho. 2018,